

Escola pública

O GLOBO

#3 JUN 1993

ANDRÉA BRANDÃO PUPPIN e
GILSON PUPPIN

Manifestamos preocupação com vários pronunciamentos e artigos favoráveis à necessidade de privatização da escola pública, ao que nos parece, aproveitando a onda geral das privatizações que ocorrem no país, diluindo, desse modo, a especificidade própria do setor educacional.

É estarrecedor que nos dias de hoje hajam manifestações claras sobre os princípios da defesa da privatização da escola pública.

Essas opiniões não são simples balões de ensaio, pois não há como escamotear a eficácia da ação do poderoso lobby dos privatistas do ensino na defesa do privilégio, na Constituição de 88 — e lá está o resultado no artigo que dirige verbas públicas também para as escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas.

Os motivos que levam à consideração do sistema privado como de qualidade superior ao do sistema público são freqüentemente embasados em critérios discutíveis ou equivocados: número de aprovados no vestibular, número reduzido de evadidos e repetentes. Mas esses são elementos indissociavelmente ligados à composição da clientela que freqüenta o sistema de ensino em questão.

O desafio da educação brasilei-

ra hoje é atender com competência as amplas camadas populares que recentemente passaram a integrar a clientela da instituição escolar. O desafio está posto, de modo amplo, para a instituição escolar em si e, particularmente, àquele que historicamente incumbiu-se da educação das massas: O sistema público de ensino — que se oferece a todas as camadas sociais. Não vemos, então, em que termos poderíamos substituí-lo, em seu papel, pela escola privada: a tradição desta liga-se ao atendimento das camadas médias, seu interesse é o lucro. Seu propósito pode ser entendido como complementar ao da escola pública — atendendo a especificidades religiosas ou ideológicas de grupos determinados.

Grupos estes, inclusive, que não contam atualmente com a possibilidade de opção real em termos de uma livre escolha entre o sistema de ensino privado (serviço pago) e o público (direito social) — dados os problemas básicos que a este último afligem. A questão da qualidade avulta como pedra de toque dos debates educacionais, sendo argumento equivocadamente utilizado para distinguir sistema privado do público. Não é raro ouvirmos a reivindicação de uma qualidade de Primeiro Mundo para as escolas brasileiras, reivindicação esta, feita na maior parte dos casos, descolada do nosso tecido social. Vislumbrar

qualidade de Primeiro Mundo sem questionar valores emblemáticos que deram lugar a práticas colonialistas de exploração, a práticas belicosas e armamentistas (vide o subsídio à fabricação e comércio de armamentos) é fazer coro ao enterro da educação!

A tarefa fundamental da educação brasileira é, pois, resgatar a escola pública — o que, aliás, está longe de ser utopia. Basta olhar as experiências recentes levadas na gestão do aparelho de educação pública pelas Prefeituras de Porto Alegre, Vitória e inúmeros estabelecimentos de ensino federais. Resgatar a escola pública não é tarefa fácil: vencer o egoísmo corporativista, adequar metodologias a especificidades das camadas populares, articular conteúdos à prática social concreta...

A sociedade, bem como o Governo federal, através do ministro Murílio Hingel, devem estar atentos a essas pretensões.

Vivendo hoje a expectativa da implantação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vemos manifestações se somarem a inúmeras outras ações em favor da escola pública: há esperança no horizonte!

Andréa Brandão Puppín é professora da Faculdade de Educação da UFF e Gilson Puppín é presidente do Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e professor do Colégio Pedro II.